

BNCC: Convergências e Divergências

BNCC: Convergences and Divergences

Paola Cristine Teixeira^{ab}; Juliana Cordeiro Soares Branco^{*ac}

^aUniversidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e Formação Humana. MG, Brasil.

^bRede Pública Estadual de Minas Gerais. MG, Brasil.

^cUniversidade do Estado de Minas Gerais, Curso de Pedagogia. MG, Brasil.

*E-mail: julianab28@gmail.com

Resumo

O presente artigo problematiza as diversas posições em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, tem o objetivo de dialogar acerca da construção da mesma, considerando as versões publicadas do documento e as divergências e convergências diante de sua homologação. A pesquisa foi bibliográfica e documental. Para tal foi realizado um estudo em diversos meios para entender os posicionamentos contraditórios em relação aos documentos estudados. Realizou-se estudo do documento oficial homologado sobre a Base e artigos da área em sites de revistas científicas, Scielo e Anped, além dos documentos disponíveis nos sites do Movimento pela Base (MPB) e Fundação Lemann, principais instituições apoiadoras da BNCC. Os estudos demonstraram correntes favoráveis e contrárias ao documento e esses argumentos são apresentados no texto. São várias as críticas que envolvem a implantação da BNCC. Ao mesmo tempo, há organizações em sua defesa. A síntese que se apresenta remete ao fato de que o documento foi previsto legalmente e é importante para a educação brasileira ter um norteador educacional, que abranja todo o território. O que não pode ser deixado de lado é a questão da diversidade que o país apresenta e, por isso, é preciso enfatizar a possibilidade de diversificar o currículo. Para isso, faltou discussão mais democrática antes da sua homologação.

Palavras-chave: Currículos Escolares. Políticas Públicas Educacionais. Interesses Privados

Abstract

This paper presents a discussion of the Common National Curricular Basis (BNCC) construction, considering the document's various published versions and the convergences and divergences regarding its establishment. Discussions are presented herein on the Common National Curricular Basis, especially the authors' agreements and disagreements in the Education field. This was a bibliographical and documentary research. For that end, a study was carried out in different media to understand the contradictory positions in relation to the documents studied. A study was performed of the official enacted document on the Basis and scientific papers on this subject, as well as documents available in the Movement for the Basis (MPB) and the Lemann Foundation's websites, the main institutions that support BNCC. The studies reveal sentiments favorable and contrary to the document, and these arguments are presented in this article. It is reiterated herein that actions towards reaching educational goals are of fundamental importance. There are several criticisms that involve the BNCC implementation. At the same time, there are organizations in their defense. The synthesis presented here refers to the fact that the document was legally provided for and it is important for Brazilian education to have an educational guide that covers the entire territory. What cannot be left out is the issue of diversity that the country presents and, therefore, it is necessary to emphasize the possibility of diversifying the curriculum. Therefore, there was a lack of more democratic discussion before its approval.

Keywords: School Curricula. Educational Public Policies. Private Interests

1 Introdução

Os debates sobre os currículos educacionais não devem ignorar a complexidade do tema e suas dimensões no campo educacional. Entender o currículo como campo de lutas e transformações em prol de um processo de ensino e aprendizagem justo e igualitário é fundamental para a sua construção. Como documento norteador dos conteúdos necessários a aprendizagem, os currículos devem ser pensados e elaborados à luz de um processo democrático com ampla discussão e participação da sociedade.

O documento legal em referência para a discussão sobre os currículos escolares no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Homologado em 2018, o documento

passa a possuir caráter normativo em todo o território nacional, sendo referência para a construção dos currículos de todas as etapas da Educação Básica: Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Construir um currículo democrático, no sentido de atender as diversidades de todo o território nacional de um país extenso como o Brasil se torna um desafio ao se considerar a complexidade que se expressa nas múltiplas realidades existentes no país. A complexidade é traduzida não somente nas diversidades regionais, devendo-se atentar, principalmente, para as questões que envolvem as desigualdades sociais de classe, de gênero e étnico-raciais.

O estudo preliminar sobre a temática demonstrou que há um contingente de educadores que tecem críticas acerca

do documento e, por outro lado, há apoiadores para a implementação das diretrizes traçadas na BNCC.

O documento pode ser uma ideia democrática, partindo de um princípio em que todos os estudantes teriam um conhecimento comum, porém, para que o currículo seja de fato democrático se deve enfatizar a construção da parte diversificada, que irá contextualizar e diversificar o currículo respeitando cada realidade, o ponto principal da pesquisa em questão.

Antes de debater sobre as percepções expressas pelos autores acerca da Base nos artigos pesquisados com tal finalidade, faz-se necessária uma breve história da fase de elaboração dessa até sua efetiva implantação com caráter normativo em todo território nacional.

A BNCC é um documento homologado e precisa ser materializado nos currículos escolares, nos livros didáticos, nas atividades pedagógicas, no cotidiano escolar. Sua publicação oficial ocorreu no ano de 2018, porém já era prevista desde a Constituição Federal de 1988, reforçada na LDBEN de 1996 e, também, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1997 e 2013. Em 2015, o MEC na Portaria n.592, de 17 de junho de 2015, *Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular* (BRASIL, 2015), e em setembro do mesmo ano é publicada a primeira versão da Base. Assim, a partir do mês seguinte, outubro, houve uma consulta pública dessa versão no site do MEC que se estendeu até março do ano seguinte. Interessante mencionar que, por meio de plataforma virtual, houve expressiva participação e contribuição para o aperfeiçoamento do documento.

Em 2016, o MEC juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), debate sobre a segunda versão da Base. Nesse momento, *são realizados seminários regionais* para discutir a versão apresentada e entregue no mesmo ano.

Assim, em 2016 foram iniciados os planejamentos para uma terceira versão do documento. Nesse mesmo ano, o MEC institui por meio da Portaria n. 790 o Comitê Gestor da BNCC e a Reforma do Ensino Médio, para acompanhar o processo e encaminhar a proposta final do documento. Em 2017, o MEC entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a terceira versão da Base, com as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e o Consed juntamente com a Undime elaboraram um Guia de Implementação da BNCC, disponível na versão atualizada de 2020, que contempla também o Ensino Médio.

Em dezembro de 2017, a terceira versão do documento com os currículos do Ensino Infantil e Fundamental é aprovada e homologada. Esta versão não é discutida democraticamente, como as demais. Dessa forma, apresenta-se como imposição. Posteriormente, em 2018, as fases de construção da etapa do Ensino Médio *são concluídas, sendo* assim, a versão completa

da base passa a valer com caráter normativo em todo território nacional.

Diante disso, o presente artigo tem o objetivo dialogar acerca da construção da BNCC, considerando as versões publicadas do documento e as divergências e convergências apontadas a partir da percepção de autores do campo educacional diante de sua homologação. A síntese dos trabalhos pesquisados se reforça a importância do debate sobre a BNCC.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Para entender o contexto, a metodologia de pesquisa se define por pesquisa em documentos legais, pesquisa bibliográfica em revista da área educacional, no site Scielo, nos trabalhos publicados nas Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-Anped e pesquisa em sites das instituições, que se dedicam à divulgar e à defender o documento.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p.44). Desse modo, baseia no levantamento e análise de resultados já apresentados em outras pesquisas, da mesma temática.

A pesquisa documental se desenvolve em três fases: pré-análise, a organização do material e análise dos dados coletados, como poderá ser visto ao longo do texto.

Por essa metodologia, o artigo discute acerca da BNCC também como espaço social definido por estratégias de legitimação, a partir de organizações empresariais e críticas advindas de importantes associações nacionais de pesquisadores.

Para a contextualização da pesquisa, fez-se necessário uma busca pelos documentos legais para a educação que antecederam a BNCC. Os documentos foram encontrados disponíveis para consulta em domínios eletrônicos públicos, como por exemplo, o portal do Ministério da Educação (MEC) e o portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dessa busca, foi elaborada uma linha histórica dos documentos legais para a educação até a elaboração da atual BNCC/2018.

Posteriormente, foi realizada uma busca pelas produções intelectuais, que envolvem o tema. A principal busca foi realizada no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, que conta com um dos grupos de trabalho, o GT-12, voltado para a temática “Currículo”. Também foram realizadas buscas sobre a BNCC em outros domínios, mais especificamente, em periódicos publicados em revistas eletrônicas voltadas para a educação, dos quais foram adquiridas contribuições relevantes sobre as percepções de autores do campo educacional sobre a BNCC, favoráveis ou não.

2.2 Convergências e divergências sobre a BNCC

Apesar de se apresentar como um documento recente, considerando a data de sua homologação, as discussões acerca da Base se apresentam de maneira expressiva, no campo educacional, seja em documentos que saem em sua defesa ou nos que enfatizam suas divergências sobre diversos aspectos. Nesse sentido, o confronto entre as ideias, no estudo realizado, permite coletar opiniões diversas com a finalidade de buscar diferentes percepções sobre a Base, como seus impactos na prática do cotidiano escolar e no trabalho do educador, além das críticas e possíveis sugestões para a garantia da qualidade e real aplicabilidade dos currículos propostos.

Percebe-se que os artigos científicos apresentam os contrapontos em relação à BNCC, de forma crítica. Os pontos favoráveis à implantação da Base partiram de documentos do Movimento pela Base (MPB) e da Fundação Lemann, instituições engajadas em garantir que o documento tenha uma aceitação satisfatória entre os atores do campo educacional. Ambas as instituições contam com um vasto material digital em seus domínios online, pontuando os fatores convergentes para a qualidade do sistema educacional no país. Esses argumentos serão apresentados ao longo do texto.

A Fundação Lemann é uma organização familiar e sem fins lucrativos, que colabora com iniciativas para a educação pública, em todo o Brasil e apoia pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país.

Grande parte dos argumentos favoráveis à BNCC são enfatizados por integrantes do grupo Movimento pela Base (MPB), que dispõe de um site composto por documentos que justificam sua implementação, além dos princípios considerados para a construção da Base e guias com o objetivo de auxiliar a sua integração, voltados para professores, gestores e estudantes.

O Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) se apresentou como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma base de qualidade. Esse movimento foi patrocinado pela Fundação Lemann, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, coordenou a construção e vem coordenando a implantação da base (CAETANO, 2019, p.136).

Tanto o Movimento pela Base quanto a Fundação Lemann, sua principal parceria, são empenhados em gerar documentos que comprovem a eficiência da BNCC, elevando a Base como o eixo estrutural central capaz de garantir resultados satisfatórios no campo educacional, como mencionado no relatório de 2016 da Fundação Lemann (2016, p.2):

Com o nosso trabalho para apoiar políticas que favoreçam a aprendizagem contribuimos para outro resultado relevante: o avanço da construção da Base Nacional Comum Curricular. Num momento de grande instabilidade no cenário nacional, a atuação persistente do Movimento pela Base foi decisiva para garantir continuidade e qualidade dessa importante política, que será a espinha dorsal de um sistema educacional voltado à aprendizagem dos alunos.

Os relatórios gerados pela Fundação Lemann dispõem de textos, que trazem um conjunto de ações, metas e resultados obtidos através de pesquisas voltadas para o desenvolvimento escolar, sempre favorável à integração da BNCC aos sistemas de ensino. Também compõem os relatórios, programas de desenvolvimento voltados para melhorias na educação e formação do docente entre outras vertentes do campo educacional, que contam com o apoio de parcerias do setor público e privado, visando integração desses setores na busca por garantir o avanço no desenvolvimento da educação brasileira e gerar resultados satisfatórios, nas avaliações em âmbito nacional e global.

A biblioteca digital do site do Movimento pela Base dispõe de um vasto material com o intuito de auxiliar a prática docente quanto à utilização da Base, além de boletins informativos sobre sua implementação, já que esse processo de introdução da BNCC, efetivamente, em todas as escolas do território nacional se encontra em contínua construção desde a elaboração da primeira versão da Base, em 2015, sendo que esse ano, 2020, foi estabelecido como meta para o alcance da Base em todo território nacional. De acordo com o MPB,

a BNCC deve chegar a todas as salas de aulas do país em 2020. Por isso, 2019 foi o ano de revisar os currículos municipais, estaduais e das redes privadas e alinhar todo o conteúdo tendo a BNCC como referência (MOVIMENTO PELA BASE, 2019, p.4).

Toda a articulação do MPB e Fundação Lemann em prol da BNCC não foram suficientes para convencer boa parte dos educadores entre outros agentes do campo educacional, de que esse seria o melhor caminho a ser seguido para melhorias na qualidade da educação nacional. Ainda que a elaboração de uma base comum curricular estivesse sempre prevista nas leis e nos planejamentos para a educação, muitos alegam que a metodologia utilizada no processo de construção da BNCC não aconteceu de forma democrática. Essa articulação entre público e privado, como é caso da expressiva participação da Fundação Lemann na construção e apoio para a Base, já que a fundação envolve vários atores da iniciativa privada, vem gerando polêmicas e discordâncias quanto às reais intenções do envolvimento do setor privado na educação brasileira, por exemplo, uma possível ideia de privatização dos sistemas de ensino como afirma a autora:

Com a contribuição de pesquisadores na área, aborda as diferentes formas de privatização do público: a filantropia empresarial, o capitalismo social, as redes de políticas globais, as consultorias internacionais e as parcerias público-privadas e o quanto implicam na garantia dos direitos sociais e da democracia (idem, p. 9). Portanto, a educação, como um direito, não pode ser tratada como mercadoria, como querem os reformadores. Contudo, observamos que há uma estreita relação entre as empresas, grupos empresariais nacionais, internacionais e do terceiro setor, na forma de ONGs, institutos e fundações (PERONI, 2013 apud CAETANO, 2019 p.135).

Nesse sentido, a autora destaca o engajamento do setor privado na educação como possibilidade tendenciosa na

pretensão de obter fins lucrativos em suas participações, além de não ser conivente com uma construção mais democrática, em que a participação efetiva na elaboração da Base deveria vir de professores, pesquisadores e estudiosos do campo exclusivamente da educação, já que esses sim seriam capazes de atender às demandas e identificar as possíveis soluções para os pontos defasados no sistema educacional, de acordo com Caetano (2019) “Embora seja uma política pública de Estado, a opção pelo diálogo não foi com os professores e alunos, e sim com o empresariado”.

De fato, a ressignificação da BNCC ao que poderia ser um documento que viesse a democratizar o currículo, acaba por ser alvo de especulações ligadas ao mercado empresarial, põe em xeque sua credibilidade com os docentes e como consequência dificulta o processo de tornar a Base uma aliada na busca pela melhoria na qualidade da educação no país, o que seria altamente viável caso sua construção fosse embasada nos princípios democráticos, isto é, junto à comunidade escolar e com a colaboração dos intelectuais do campo educacional a frente de qualquer outro poder. Na pesquisa bibliográfica por documentos e artigos em que os temas envolvem a BNCC, fica claro que esse ponto é o principal alvo de críticas dos autores, Silva (2020), em um recente estudo, no qual analisa as percepções dos professores quanto à base e reitera:

Essa é a nossa crença em relação aos currículos praticados-pensados na escola e a BNCC. O que fazemos em nossos cotidianos escolares tem muito mais energia, é muito mais rico do que o conjunto de competências e habilidades programadas em uma base curricular planejada com fins estratégicos por setores privados, com objetivos bem diferentes daqueles que impulsionam os sonhos de formação de professores e estudantes dos grupos populares em nosso país (SILVA, 2020, p.113).

O forte envolvimento do setor privado no processo de construção da Base é mais enfatizado nas divergências pesquisadas que a própria implementação da BNCC em si, visto que de acordo com os documentos legais para educação, a mesma já estava prevista nos planejamentos para a área educacional. Desse modo, não foi nenhuma surpresa sua inserção no cotidiano escolar. O questionamento se apresenta pela forma como o documento foi construído e homologado, entendendo que faltaram princípios mais democráticos. De outra forma, sua aceitação por parte da comunidade escolar poderia ter sido diferente, isto é, de forma mais participativa e com menos resistência. As contribuições para o documento final, levando em conta a possibilidade de flexibilização, um fator importante da Base, seriam de fato convergentes com o principal objetivo dos professores, uma educação justa e democrática. Silva (2020), em sua recente pesquisa com professores, enfatiza esse ponto:

Reiteramos nossa posição política e epistemológica de que são os professores, com os estudantes e comunidade escolar,

em seus cotidianos, que multirreferencialmente produzem currículos, e de que a BNCC como a própria expressão sugere, é apenas uma base (questionável e refutável, inclusive), e tem invocado muito mais críticas pelo modo como vem sendo operacionalizada (em consonância com princípios, racionalidades e lógicas capitalistas) do que a adesão dos praticantes cotidianos das escolas (SILVA, 2020, p.101).

Embora as críticas tenham sobressaído, de forma expressiva, na pesquisa por autores que se expressam sobre a Base, existem também aqueles que pontuam os aspectos que possam ser convergentes com a educação. Ao trazer a discussão sobre as expectativas de professores frente à implantação da BNCC, Zen e Ghisleni (2020, p.179) defendem o currículo por competências e a importância de debates teórico-metodológicos acerca da Base, e ainda:

No que diz respeito a uma base curricular que se pretende nacional, muito pode ser considerado em um documento organizador de elementos que já são comuns nas escolas. Tal sistematização permite, inclusive, transformar a suspeição em uma compreensão melhor elaborada do trabalho que já é realizado pelos professores e pode permitir, inclusive, tangenciar utilidades e utilitarismos por vezes vinculados ao currículo, em prol de uma formação mais abrangente e mais interessante.

As críticas em torno da construção da Base acabam ganhando um destaque maior que sua efetiva implementação, e que as possíveis ações que poderiam ser adotadas para que a introdução da BNCC, nos currículos escolares, aconteça de forma positiva, já que esse é o cenário atual, no qual se devem exercer os papéis perante a ideia de trazer progressos para a educação no país, porém, de forma alguma, sem anular o contexto polêmico acerca das divergências aqui já citadas.

A ideia de um currículo comum, que se estende por todo território nacional, considerando os princípios de flexibilização e respeitando cada realidade local de fato é sedutora do ponto de vista da igualdade e justiça social, já que alunos de várias partes do país e de diversas instituições públicas ou privadas teriam a mesma base formadora. Contudo, quando interesses externos e a força do capital saem à frente das razões sociais propostas, é impossível anular tais fatos e romantizar o que de fato se torna um paradoxo nesse cenário de disputas políticas e empresariais.

Cunha e Costa (2015, p.8) expõem uma discussão a respeito da BNCC em diálogo com o sociólogo inglês Michael Young¹, buscando explicitar concepções e formas de pensar sobre uma base curricular. Para o sociólogo, parte dos pressupostos apresentados para os currículos nas reformas atuais não produzirão os efeitos esperados, não levarão a uma igualdade social, como tem sido comumente afirmado.

A respeito da perspectiva de Young, citada pelos autores, sobre os currículos escolares nas reformas atuais, pode-se comparar sua reflexão com a incessante crítica sobre a BNCC não contemplar as diversas culturas, o que diverge de uma

1 Neste texto são focalizados dois artigos recentes do autor inglês: Para que servem as escolas (YOUNG, 2007) e O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: a defesa radical de um currículo disciplinar (YOUNG, 2011). (CUNHA, COSTA, 2015, p.4).

educação que minimize as desigualdades. O currículo deve ser pensado de uma forma ampla. Cunha e Costa (2015, p.13) não apresentam uma visão totalmente contrária a uma base curricular, e ainda, ponderam que “mais do que definir o currículo, se colocam como o fundamento para se pensar uma base, o embasamento à base”.

Barreiros (2017) busca compreender os movimentos, os sujeitos e as ações políticas que estão relacionados à construção da Base. De acordo com Barreiros (2017, p.3):

No ano de 2009, o Ministério da Educação iniciou o debate que precede a construção da Base Nacional Comum Curricular de Educação Básica, cujo discurso está atrelado ao direito de qualquer cidadão desenvolver as mesmas habilidades em todo território nacional. Principalmente pelas críticas existentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais e às Diretrizes Nacionais da Educação Básica, realizadas pelos órgãos governamentais e pelas diferentes comunidades acadêmicas, que reforçam que o caráter amplo desses documentos acaba por gerar diferentes ações nas escolas e resultados díspares nas avaliações externas.

Os documentos citados, que antecedem a BNCC, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's), apesar de abrangerem maior complexidade e uma vasta multiplicidade de abordagens referentes ao processo de ensino-aprendizagem, não norteiam, de forma objetiva, a estrutura curricular. Nortear nesse sentido não quer dizer padronizar o ensino, mas estabelecer, de fato, um aprendizado comum em todas as escolas. É importante ressaltar que tanto os PCN's, quanto as DCN's, são documentos fundamentais para a educação, pela própria natureza de suas abordagens, que abrangem de fato as diversidades do país. Já a BNCC possui o caráter de uma base estrutural, o que reforça a ideia de que essa deve ser complementada.

Mesmo tendo a BNCC o objetivo de democratizar o currículo, por meio de um conteúdo comum para todas as escolas, o processo acerca de como as últimas versões do documento foi elaborado, imposto e sem participação efetiva da sociedade e de estudiosos relevantes para o campo educacional é um dos principais alvos de críticas ao mesmo, inclusive, muito bem fundamentadas. Barreiros (2017, p.5) se expressa sobre essas críticas e destaca:

Cabe destacar que não somos contrários a nenhum dos membros que constam na equipe eleita pelo MEC, mas questionamos a dinâmica instituída e a falta de diálogo com pesquisadores da área de Currículo e da própria Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e Associação Brasileira de Currículo (ABdC) que ao longo dos anos têm contribuído para o cenário educativo brasileiro.

De fato, anular a participação de órgãos que possuem uma participação expressiva na educação brasileira para impor uma política normativa com a dimensão dos impactos da implantação da BNCC, retrocede do ponto de vista democrático

a elaboração da Base. Barreiros (2017, p.8), sobre o discurso do “direito à aprendizagem”, sugere que esse vem a “reforçar a lógica conteudista presente no documento da BNCC, de que se o sujeito tiver acesso a um currículo único iremos diminuir as desigualdades sociais”. Sabe-se que a reforma curricular não é a solução para todos os problemas da educação, tão pouco virá a sanar as desigualdades sociais. O fato é que as escolas, bem como os professores e equipe escolar precisarão de um forte empenho para construir um currículo que vise o desenvolvimento dos alunos diante de cada realidade. A BNCC, por si só, não demonstra em sua estrutura insumos necessários para a materialização da construção da parte diversificada do currículo. Diante desse cenário, a BNCC se torna um paradoxo para as escolas e isenta o governo de estabelecer estratégias que visem minimizar as desigualdades através de novas alternativas, quando o mesmo se apoiará na atual reforma curricular.

Como já mencionado, a construção da BNCC envolve vários atores da iniciativa privada. A autora supracitada reforça essa constatação e cita alguns desses “parceiros”, tais como Bradesco, Itaú [Unibanco] e Santander; grupos empresariais: Gerdau, Natura, Volkswagen e; grupos privados da área educacional: Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola, entre outros². Essa expressiva participação do empresariado gera polêmicas e discordâncias quanto às reais intenções do envolvimento do setor privado na educação brasileira, como bem coloca a autora, “Cabe destacar que as parcerias envolvem um novo modelo de filantropismo mascarado pelo capitalismo social que fazem da educação um grande negócio” (BARREIROS, 2017, p.9). Aqui há estratégias de consensualização que visam a aceitação sem críticas do documento. Ao mesmo tempo, como se verá adiante, há problematização sobre esse, seu processo de construção e elaboração.

A ANPEd, como mencionado, se expressa de forma totalmente contrária a BNCC, como se pode observar no seguinte trecho do artigo de Barreiros (2017, p.9):

Nesse campo de lutas por espaços e legitimações, a Associação Brasileira de Currículo e o Grupo de Trabalho de Currículo da ANPEd vêm realizando um amplo movimento de debates e manifestações com entidades avessas à BNCC. Inclusive construíram uma exposição de motivos manifestando-se contrariamente ao documento orientador apresentado na consulta pública como Base Nacional Comum Curricular. Dentre os 9 (nove) motivos, cabe destacar o nono - Metodologia da construção da Base: pressa, indicação e indefinição -, que reflete o argumento que estamos traçando neste artigo, que se refere ao modo como o documento se construiu e a fragilidade do que o MEC chama de consulta pública, visto que se propõe a se fazer uma “obra coletiva que em verdade não se efetiva (BARREIROS, 2017, p.9).

2 Todos os parceiros estão disponíveis em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-estaconosco/>

Além das críticas apresentadas pelo documento³ – “Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular – 2015” formulado pelo Grupo de Trabalho de Currículo da ANPED juntamente com a ABdC - Associação Brasileira de Currículo, Barreiros (2017) apresenta críticas originárias da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE⁴. A ANPAE também produziu um documento com severas críticas à BNCC. Segundo o documento, pensar no Sistema Nacional de Educação requer “uma ampliação do debate, de modo a envolver os agentes educativos diversos, sobretudo das instituições formadoras e contratantes dos profissionais da educação básica” (ANPAE, 2015, p.3).

Entre outras instituições citadas pela autora, é válido destacar as críticas realizadas pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES⁵, que assim como os demais, também elaborou um documento que discorre sobre o processo de elaboração da BNCC:

Num processo de contextualização, o CEDES ressalta que falar em reforma curricular precisa ser dentro da chamada Nova Gestão Pública (NGP), que se constitui a partir de um híbrido do deslocamento do âmbito das políticas sociais para a esfera econômica e a adoção de modelos gerenciais do mercado (BARREIROS, 2107, p.11).

Outras instituições educacionais foram citadas por Barreiros (2017), sobretudo, sobre áreas específicas como as ciências, química e física. As críticas se apresentam de diversas formas, porém a exclusão dessas instituições e a anulação de trabalhos realizados na área de currículos pelas mesmas se sobressaem sobre as demais críticas observadas.

Os questionamentos se apresentam mais pela forma como o documento foi construído e homologado, que pela própria implementação em si, deixando claro que faltaram princípios democráticos. A ideia de um currículo comum, que se estende por todo território nacional, considerando os princípios de flexibilização e respeitando cada realidade local de fato é sedutora do ponto de vista da igualdade e justiça social, já que alunos de várias partes do país e de diversas instituições públicas ou privadas teriam a mesma base formadora. Contudo, quando interesses externos e a força do capital saem à frente das razões sociais propostas, é impossível anular tais fatos e romantizar o que de fato se torna um paradoxo nesse cenário de disputas políticas e empresariais.

Gigante e Rodrigues (2019) discorrem sobre a crítica a universalização da BNCC como documento norteador da educação. Para Gigante e Rodrigues (2019, p.1):

A noção de hegemonia, tão cara à compreensão da Teoria do Discurso, passa a ser relevante para compreendermos a construção da categorização de uma base nacional comum para a política brasileira. Essa padronização curricular estaria sendo compreendida, pelos idealizadores da política em questão, como um meio de garantia de direitos e aprendizagens para todos os alunos no contexto brasileiro. Assim, as representações de ‘base’, ‘nacional’ e ‘comum’ passam a serem vistas como balizadoras de um discurso de igualdade da educação.

De acordo com os autores, é fato que o governo vem se apoiando na reforma curricular proposta para promover um discurso de igualdade na educação. Todavia, a “padronização curricular” como Gigante e Rodrigues (2019) colocam, se efetivam na forma como a BNCC se materializará nas escolas. Deve haver um ensino comum, que parte do ponto de vista democrático, porém não padrão. O problema parte do governo, de se isentar de juntamente com um documento “base” estrutural, oferecer insumos para a concretização da parte diversificada da BNCC, a exemplo de agendas que possam contemplar as diversidades e auxiliar na flexibilização e contextualização do currículo.

Colocar essa atribuição como responsabilidade apenas das instituições escolares reforça os ideais hegemônicos governamentais, quando esse anula sua responsabilidade em democratizar o currículo. Ademais, problematizam os significantes “Base”, “Nacional” e “Comum”, e a forma como poderiam estar sendo adotados para definir o documento:

Consideramos assim a ideia de nacional como ilusão. O que seria, portanto, uma base nacional e comum? Estes significantes poderiam ser tomados de que forma? Estas indagações nos permitem problematizar os significantes ‘Base’, ‘Nacional’ e ‘Comum’ como neologismos para uma suposta identidade una (GIGANTE; RODRIGUES, 2019, p.4).

Como colocado pelos autores, o sentido do que seria um documento nacional se torna contraditório, no que diz respeito a não contemplação da diversidade do país de maneira explícita na BNCC, quando consideram o ideal de “nacional” como uma “ilusão”. Contudo, a palavra “base” permanece como margem para que o documento exerça o papel sugestivo da palavra, isto é, funcionando como uma base estrutural para a construção do currículo junto à parte que deve ser diversificada, respeitando cada realidade presente no território brasileiro.

3 ABdC/ANPED. Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular. 2015. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento_AE_BNCC.pdf

4 Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/noticias/294-base-nacional-comum-curricularbncc>

5 Documento CEDES BNCC. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>

2.3 O conceito de diversidade e as possibilidades da construção de um currículo democrático

Flexibilizar um currículo vai muito além de permitir que o próprio aluno faça a opção por disciplinas que melhor se ajustam a suas escolhas profissionais ou por aptidão. Essa superespecialização demandada pela nova reforma do Ensino Médio não é conivente com o conceito de flexibilização ao se considerar que essas “escolhas” não vão suprir a necessidade de um currículo que deva ser amplo e atender as diversidades do país. Junto a isso, a precariedade histórica da educação do país e as condições econômicas dos discentes e suas famílias pode inviabilizar essa escolha.

A última versão das Diretrizes Curriculares para a Educação Nacional (DCN) de 2013, um documento muito mais amplo e inclusivo que a atual BNCC, contempla diretrizes voltadas para diversas realidades presentes no território nacional:

Além das Diretrizes Gerais para Educação Básica e das suas respectivas etapas, quais sejam, a Educação Infantil, Fundamental e Média, também integram a obra as diretrizes e respectivas resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, para a Educação Especial, para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos estabelecimentos penais e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Além disso, aqui estão presentes as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana (BRASIL, 2013, p.4).

As múltiplas abrangências das DCN/2013 expressam a real necessidade de adaptações dos currículos respeitando a diversidade do país, portanto é preciso considerar que as contribuições para um currículo diversificado como demanda a realidade brasileira venha de atores sociais inseridos a essas realidades, o que de fato foi desconsiderado no processo de construção da atual BNCC, conforme observado nas críticas dos artigos pesquisados.

Currículo comum e currículo padrão não devem ser considerados sinônimos. E assim como a estrutura curricular ofertada deve obedecer aos critérios da diversidade, sua construção deveria fazer jus aos mesmos princípios, isto é, reunindo representantes, cuja propriedade da fala venha de suas experiências e vivências cotidianas, e não de supostas teorias de pesquisadores, que não reconhecem ou que não estão inseridos de fato em cada uma dessas realidades.

Diante de tais obstáculos para a construção de um currículo diversificado é importante considerar a possibilidade de que grupos políticos e interesses individuais possam interferir na elaboração de um currículo tendencioso e determinista, quando esses limitam os atores participativos na construção dos currículos, detendo o controle sobre esses. Nessa perspectiva, Silva (2009, p.3) em seu artigo sobre currículos e diversidade reitera:

Uma organização escolar e curricular como dínamo, ou seja, dinâmica na direção de um movimento de libertação dos oprimidos [...] pode e deve tanto socializar o conhecimento já

sistematizado pela humanidade, quanto investigar a realidade social do educando, estabelecendo assim uma articulação entre estes conhecimentos e a realidade, o que viabilizará a ampliação das possibilidades dentro do universo da escola e do próprio educando.

É nesse sentido que os currículos devem ser organizados, ou seja, apoiados na investigação das distintas realidades somadas às estratégias que vislumbrem possibilidades para que o currículo seja convergente com o crescimento do aluno diante da sua realidade, seja essa uma comunidade quilombola ou indígena; regiões periféricas próximas ou afastadas dos grandes centros urbanos; áreas rurais ou grandes metrópoles; e, para além das diversidades regionais, é preciso que os currículos considerem também as diversidades de gênero, de raça e de classes sociais.

Diante de um país constituído de forma diversa, que foi fundamentada no período colonial, reforçando a necessidade de construir um currículo contra-hegemônico, decolonial e que valorize os grupos sociais que de fato foram extremamente afetados no passado, em que as consequências desse período se arrastam até os dias de hoje. A construção dos currículos deve obedecer ao fato de que a sociedade possui uma dívida enorme com o passado histórico e gerar através dos currículos possibilidades de ruptura com uma educação determinista dando lugar a um modelo educacional, que busque diminuir as desigualdades sociais e valorizar as individualidades de cada povo e região.

A parte diversificada, assim como o documento base, já estava prevista antes mesmo da elaboração da primeira versão do documento, na Lei de Diretrizes Básicas para a Educação Nacional de 1996 - LDBEN-1996:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

A construção do currículo considerando a realidade e as diversidades de cada aluno devem ser levadas a sério pelas escolas e professores. Pois, apesar da obrigatoriedade de um conteúdo comum, a BNCC deve ser apoiada nos conceitos de flexibilização e contextualização dos componentes curriculares, conforme se apresenta expresso no próprio documento da BNCC:

BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BRASIL, 2018, p.16)

O documento também deixa clara a autonomia das escolas para a construção dos currículos:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como

às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p.19)

Outro ponto fundamental é o papel do educador na construção do currículo democrático. Arroyo (2015, p.49-50) expressa a importância desse papel, em seu texto, que fala sobre os movimentos sociais e a construção de currículos:

Uma consciência de mudança presente no movimento indígena, quilombola, negro, nos movimentos de trabalhadores sem-teto das cidades. Esse será um traço prioritário na construção de currículos de formação de docentes-educadores e de educação: estar abertos a essa “consciência de mudança”, inovar, mudar a rigidez das ‘grades’ em que nossa tradição curricular aprisiona os conhecimentos a serem ensinados e aprendidos nas escolas. Pesquisar se essa consciência de mudança, essa categoria de análise, de prática social em construção histórica, está sendo incorporada nos currículos de formação de professores/as e nos currículos das escolas.

A estrutura do currículo é fundamental, mas quem dará “vida” e contextualizará os componentes curriculares de forma a passar criticidade, reflexão e problematização aos alunos são os professores. Pensar na formação dos docentes com esse intuito se faz essencialmente necessário.

É importante ressaltar que as abordagens propostas para o currículo, nesse sentido, não devem ser tratadas como complementares ou paralelas aos componentes comuns. A questão das múltiplas culturas e da diversidade deve interagir com as propostas do currículo como um todo, integrada às estratégias, metodologias e nas demais práticas do cotidiano escolar. Contudo, existe ainda um longo caminho para alcançar um currículo democrático quando a atual realidade persiste em fazer o caminho contrário. Como expressa Arroyo (2015), quebrar as cercas do currículo não tem sido fácil. No entanto, é a primeira tarefa para possibilitar que outros conhecimentos entrem nos currículos.

3 Conclusão

Como mencionado, são várias as críticas que envolvem a implantação da BNCC. Ao mesmo tempo há organizações em sua defesa. A síntese que se apresenta remete ao fato de que o documento foi previsto legalmente e é importante para a educação brasileira ter um norteador educacional, que abranja todo o território. O que não pode ser deixado de lado é a questão da diversidade que o país apresenta e, por isso, é preciso enfatizar a possibilidade de diversificar o currículo. Para isso, faltou discussão mais democrática antes da sua homologação.

O estudo realizado demonstra que as discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) seguem três linhas: (1) aqueles que apoiam a Base e acreditam que o documento seja a melhor solução para a garantia do desenvolvimento na educação; (2) os que criticam o documento em vários aspectos, estruturalmente e desde a

forma como foi elaborada até sua efetiva implantação; e (3) aqueles que buscam formas de minimizar seus impactos, visando alternativas e estratégias, que sejam convergentes com o progresso na educação, tendo em mente que a Base é um documento que pode ser flexibilizado e contextualizado conforme cada realidade.

A síntese dos trabalhos pesquisados reforça a importância do debate sobre o tema, apontando a percepção dos diversos autores do campo educacional sobre a BNCC. Essas sínteses foram abordadas nas discussões expostas ao longo do texto..

São muitas controvérsias que envolvem a BNCC, conforme observado nos artigos estudados em revistas científicas e nos sites de instituições que discutem o documento. As contradições encontradas demonstram a necessidade de discussões acerca da implementação da Base, tendo em vista que o documento foi homologado e a decisão é cumprir-se. A partir desse momento se torna realidade diante da construção dos currículos escolares, da elaboração e escrita dos livros didáticos e do planejamento das aulas.

Quando se pensa em educação democrática se tem em mente a necessidade de contextualizar e ampliar os componentes curriculares, que esses permitam a criticidade, uma educação libertadora, decolonial e, assim, verdadeiramente democrática.

A garantia de que parte dos conteúdos escolares sejam básicos, em todo território nacional, no âmbito público e privado, pode ser uma ideia democrática, de equidade em relação ao acesso aos conteúdos. Entretanto, jamais se deve anular as críticas muito bem fundamentadas e aqui destacadas diante do documento publicado. O professor protagonista deve refletir sobre o documento homologado junto aos seus pares e fazer valer sua autonomia diante da diversidade política, econômica, cultural e social do país. As reformas, os documentos construídos sem a participação dos sujeitos que atuam na linha de frente da educação são limitados. Isso porque são esses sujeitos que são capazes de identificar as práticas reais e necessárias do chão de escola, por isso precisam ser ouvidos. Agindo assim se estaria mais próximo de um fazer consciente em busca de uma educação que atinja seus objetivos de emancipação dos sujeitos e com práticas pedagógicas de qualidade.

Não há como o processo de ensino-aprendizagem ser o mesmo para uma escola de uma grande metrópole, uma comunidade quilombola no interior de Minas Gerais, uma escola no sertão nordestino ou uma comunidade indígena no Norte do país. Essa é a grande barreira que deverá ser enfrentada pelas escolas: contextualizar e flexibilizar seus currículos para driblar os obstáculos de uma padronização, um dos principais motivos de críticas da implantação da BNCC, entre outros que foram destacados.

Ao se seguir de forma ortodoxa a atual política governamental, sem levar para sala de aula a valorização das diferenças, bem como elaborar estratégias para driblar o ensino determinista e enrijecido, seremos coniventes com essas práticas de exclusão “brandas” e tendenciosas,

que partem de governos elitistas que não possuem o menor interesse em contribuir para ascensão das classes oprimidas, através, sobretudo, da educação.

Referências

- ANPAE. Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2015. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/website/noticias/294-base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em 23 set. 2021.
- ARROYO, M.G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. *Educar Rev.*, n.5, p.47-68, 2015.
- BARREIROS, D. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sujeitos, movimentos e ações políticas. In: 38º REUNIÃO ANUAL DA ANPED. São Luiz, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação, Consed, Undime. *Seminários Estaduais da BNCC - Posicionamento conjunto de Consed e Undime sobre a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular*. 2016. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/2016_09_14-Relato%CC%81rio-Semina%CC%81rios-Consed-e-Undime.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015*. Brasília: MEC, 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- CAETANO, M.R. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. *Rev. Contrapontos*, v.19, p.132-141, 2019. doi: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n2.p132-141>.
- CUNHA, É.V.R.; COSTA, H.H.C. Currículo, tradução e controle. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2015. Florianópolis: UFSC 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/trabalho-gt12-4152.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.
- FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório Anual 2016*. 2016. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2016>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- GIGANTE, C.C.; RODRIGUES, P.F. Base Comum Nacional: a busca pela universalização na BNCC. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. 2019. Niterói, 2019.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa. Como delinear uma pesquisa bibliográfica?* São Paulo: Atlas, 2002.
- MOVIMENTO PELA BASE. *Guia de orientações para professores sobre a Base Nacional Comum Curricular*, 2019. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Guia-digital-BNCC-na-sala_2019_12_vFinal-1.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.
- SILVA, F.C. Na base, como os professores veem a Base? Sobre currículos e BNCC. *Textura - Rev. Educ. Letras*, v.22, n.50, p.99-117 (2020). doi: 10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5474.
- SILVA, J.G.S. CURRÍCULO E DIVERSIDADE: A OUTRA FACE DO DISFARCE. *TRAB. NECESSÁRIOS*, V.7, N.9, 2009. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.22409/TN.7I9.P6093](https://doi.org/10.22409/TN.7I9.P6093).
- ZEN, L.H.D.; GHISLENI, A.C. Da suspeição ao como fazer: expectativas de professores/as frente a um currículo por competências. *Textura - Rev. Educ. Letras*, v.22 n.50 p.165-181, 2020. doi: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5477>.